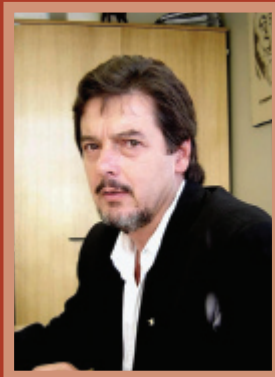




Amilton Bueno de Carvalho



Sérgio Gischkow Pereira

Henrique Osvaldo Poeta
Roenick

Rui Portanova

Segunda geração

O perfil do grupo de magistrados envolvidos com o direito alternativo, na análise de Rui Portanova, não era nada conservador. “Acho que todos nós não éramos de direita. Éramos anticapitalistas e, mais do que isso, éramos e somos de esquerda (não na militância política, mas quanto à preocupação com o social, com os pobres, com os discriminados)”. Para Portanova, o direito alternativo nunca quis “rasgar a lei”, como seus críticos acusavam na época. “Quem aplicou ou aplica o direito alternativo é um juiz com os olhos voltados para o oprimido”.

O movimento do direito alternativo causou preocupação até entre os ministros do Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do Judiciário do País, como mostram as publicações da época. “O movimento demonstrou ser possível olhar (e aplicar) o fenômeno jurídico desde um outro local: comprometer o Direito e os operadores com a radicalização da democracia e não considerá-lo apenas um instrumento de poder”, diz Amilton de Carvalho.

Na sua avaliação, surgiu uma segunda geração de “alternativos” e de certa forma uma espécie de especialização. “A partir de uma nova concepção de Direito, houve um atuar específico nas diversas áreas”. Carvalho observa que os maiores frutos desta corrente foram colhidos pelo Direito Penal, com Luigi Ferrajoli, um dos fundadores do movimento do uso alternativo na Itália, que criou a Teoria do Garantismo Jurídico.

“O direito alternativo oferece caminhos sólidos, se utilizado sem levianidade. Ajuda a corrigir injustiças clamorosas de nossa estrutura social e econômica, agravadas por um pensamento econômico dominante que sacraliza a concorrência. Esta idéia, de todos pisotearmos todos em busca de sucesso, é altamente nociva, pois a longo prazo quebra totalmente a solidariedade social”, afirma Gischkow Pereira, que aconselha os jovens a pelo menos conhecerem o direito alternativo para apurarem sua visão crítica.

“Alternativos” enfrentaram resistência

Henrique Roenick recorda que os magistrados engajados no movimento do direito alternativo ganharam fama de serem parciais em suas sentenças. “Mas nenhum juiz é imparcial. Quando julgamos um determinado caso, usamos nossa bagagem de valores e sentimentos”. Conforme ele, ficou exposto o fato de que nenhum juiz é isento. “Não vai aqui nenhuma referência pejorativa, mas a verdade é que só poderia ter total isenção uma pessoa desprovida de sentimentos. Não

ser isento significa que ele vai procurar nos ordenamentos jurídicos aquilo que respaldará a sua concepção de Justiça na sentença a ser proferida”.

Sérgio Gischkow Pereira recorda que autores “mais vinculados ao positivismo jurídico, ao dogmatismo, ao legalismo, ao raciocínio tecnicista” vieram para o debate. A reação ocorreu em discussões, em encontros culturais, em artigos de revistas. “Também reagiram aqueles que nada querem mudar de uma estrutura socioeconômica sumamente desigual e injusta, que perpetua e aumenta a miséria, desemprega, só trabalha com os valores da competição e do consumo, gera cada vez mais violência e criminalidade, enfim, diviniza o dinheiro”.

As primeiras reações, de acordo com Rui Portanova, começaram depois da publicação de uma reportagem sobre o assunto no Jornal da Tarde, de São Paulo. O Corregedor foi chamado para uma reunião. O Tribunal queria saber quem eram os juízes envolvidos. O Corregedor levou os mapas de produção, e todos os juízes integrantes do movimento estavam com seu trabalho rigorosamente em dia. “Isso para nós era uma arma. Nós tínhamos o cuidado de não deixar escapar nada na nossa rotina de trabalho para que não pudessem nos acusar de negligenciar as nossas obrigações. Como nenhum de nós tinha a preocupação de ser promovido por merecimento (que era um outro ponto que podia ser atacado), não restaram muitas armas para o Tribunal utilizar, exceto a questão ideológica, mas neste ponto a judicatura do Rio Grande do Sul foi muito democrática”.

Amilton Bueno de Carvalho considera que, como todo movimento crítico, o do direito alternativo despertou muito “ranger de dentes”, principalmente nas pessoas interessadas em manter o “status quo”, mas encontrou algum apoio entre juristas comprometidos com a radicalidade democrática, basicamente os não-positivistas.

O inusitado das sentenças trouxe reações adversas ao grupo. O diferencial estava em procurar dentro do ordenamento jurídico uma lei que respaldasse aquilo que o juiz acreditava ser o “justo” na ação que julgava. “Entendemos que o Judiciário, ao longo dos anos, foi levado a uma aplicação dogmática do Direito, e os precursores do movimento no Rio Grande do Sul queriam uma forma mais flexível, calcada dentro do próprio Direito”, acredita Henrique Roenick.

Gaspar Martins e a Revolução de 1893*

Tupinambá Miguel Castro do Nascimento

PROCLAMADA a República em de novembro de 1889, foi promulgada a Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891 e eleitos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, servindo como Colégio Eleitoral o Congresso Nacional. Dezoito parlamentares sulinos integraram o Congresso, sendo três senadores e quinze deputados. Não houve, entre os gaúchos, unanimidade na escolha em quem votar. Paulo Brossard (J. F. de Assis Brasil, pág. 27, EST edições, 2ª edição, 2004) anota: “Por iniciativa de Castilhos a bancada rio-grandense votaria em Deodoro, enquanto Assis Brasil votou em Prudente de Moraes”. Assis Brasil deu publicidade às razões de seu voto: “faltam a tão digno cidadão as qualidades elementares do homem-governo”.

Antes de completar nove meses de Governo, Deodoro da Fonseca edita o Decreto nº 641, de 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso Nacional. Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891, publicou o Decreto nº 686, depois de afirmar peremptoriamente que “em caso algum pode ser dissolvido o Congresso Nacional por atos do Poder Executivo”, anulando o decreto de dissolução, no mesmo dia em que Deodoro da Fonseca renunciava à presidência da República. Na época do decreto, Júlio de Castilhos, que era amigo de Deodoro da Fonseca, se omitiu de opinar a respeito de tal fato, embora estivesse no exercício da presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Sua omissão foi cobrada por Assis Brasil (Carlos Reverbél, Assis Brasil, págs. 47/51, IEL, 2ª edição, 1996).

Esta divergência entre os dois líderes, dentre os maiores do Rio Grande do Sul, se alastrou, provocando consequências. A oposição rio-grandense resolveu depor o Presidente Júlio de Castilhos, fazendo com que este abandonasse o Palácio em 12 de novembro de 1891. Substituiu-o o triunvirato – Gen. Manoel Luis Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil –, que passou à história como sendo o *governicho*. Várias alterações no Governo ocorreram, até quando, através de eleições com as costumeiras fraudes, foi eleito Júlio de Castilhos como Presidente e empossado a 25 de janeiro de 1893. Foi o estopim para a reunião dos adversários do castilhismo.

Há outro dado a considerar. Com a Proclamação da República, a política rio-grandense, então dominada pelo Partido Liberal comandado por Silveira Martins, monarquista, que era



or no Império, deu lugar ao Partido Republicano resultante do novo regime de governo, e assumira o Poder. Indiretamente, era uma derrota para o Partido Liberal. Silveira Martins, que estava na Europa, retorna em 1892. Em 31 de março de 1892, no Congresso de Bagé, cria-se o Partido Federalista, sendo escolhido para Chefe, unanimemente, Silveira Martins. Alguns desencontros e desavenças ocorreram entre Governo e opositores, mas não se desenvolveu uma revolução. Vários federalistas resolveram emigrar para a República uruguaia.

O mapa político-revolucionário estava se formando. De um lado, apoiando o Governo de Castilhos e recebendo o apoio do exército nacional, os republicanos *pica-paus*, que usavam lenço branco como distintivo. Do outro lado, os federalistas, com apoio da marinha nacional, que se posicionava contra Floriano Peixoto, aos quais os republicanos denominavam *maragatos*, que usavam lenço vermelho simbolizando sua facção política. Estes últimos descendiam, no dizer de Antonio Augusto Fagundes (A Maçonaria e a Revolução Farroupilha, in Caderno de Literatura da AJURIS, Dezembro 2004, Ano VIII, nº 12, pág. 11), da Confraria Marakhat, a Maragataria, existente no Alto Nilo, vindo posteriormente à província de Leon, na Espanha, e ao Uruguai, de onde chegam ao Rio Grande do Sul.

O objetivo da Revolução foi o de tirar Júlio de Castilhos da chefia do Poder Executivo estadual. Digladiaram-se, durante trinta e um meses, numa guerra violenta e desumana, os *pica-paus*, apoiando Castilhos, e os *maragatos*, chefiados por Gaspar Silveira Martins. Os republicanos sustentavam o pacto federativo, a federação, detendo os Estados forte autonomia frente à soberania nacional. Os federalistas, que eram os *maragatos*, afirmavam, ao contrário, a maior predominância do poder federal sobre o estadual (Arthur Ferreira Filho, A Revolução Federalista, in Enciclopédia Rio-grandense, 1º vol., pág. 311). Justiça seja feita a Gaspar Silveira Martins. Ele não fomentou a Revolução; tentou evitá-la (Paulo Brossard, *Opus cit.*, pág. 36). Não conseguindo, porém, chefiou-a.

É ponto pacífico na historiografia rio-grandense que os federalistas tinham, na chefia civil do movimento revolucionário, Gaspar Martins, ocupando a chefia militar o Gen. João Nunes da Silva Tavares. Isso é necessário ficar esclarecido desde o início porque os historiadores, nos relatos acerca dos

confrontos entre as forças beligerantes, não se referem explicitamente a Gaspar Martins. Este como chefe civil ficava na retaguarda, de onde comandava as incursões federalistas ao território rio-grandense. Quem vai despontar nestas invasões, por sua bravura e estratégia militar, é Gumerindo Saraiva, que terminou por se transformar no maior líder maragato da Revolução.

No dia 5 de fevereiro de 1893, 11 dias após empossado Júlio de Castilhos, o Gen. João Nunes da Silva Tavares, que se encontrava na fronteira com o Uruguai, fez uma proclamação concitando o povo rio-grandense a lutar contra o Governo do Estado. Ao mesmo tempo, Gumerindo Saraiva, caudilho e líder *maragato*, invadiu o território rio-grandense. Lançou dali um esquadrão de reconhecimento que entrou em choque com forças do Cel. Mena Barreto, governista. Não foi um combate violento, mas os rebeldes sofreram algumas baixas. A luta, a partir de então, seria encarniçada.

Os federalistas, em seguimento, através de seus comandantes e em combates separados, atacaram Livramento e a cercaram em 20 de fevereiro de 1893. Livramento, porém, foi libertada pelos governistas, em 16 de março. O ataque dos federalistas a D. Pedrito obtém sucesso, porque os governistas, após fraca resistência, se rendem. Os federalistas atacam, posteriormente, Alegrete, ocupando-o, o que mais tarde ocorre com Quaraí. Nas Missões, porém, as forças legais obtêm vitórias como também em outros episódios menores (Caçapava e Santo Antonio). É quando, a 3 de maio de 1893, os rebeldes e os governistas vão se encontrar, num feroz combate, no Inhanduí, afluente do Ibirapuitã, no Município de Alegrete. Batalha importante porque de seu resultado serão definidos os rumos da Revolução.

Os legalistas tinham se organizado. Uma coluna, a que se deu o nome de Divisão do Norte. Outra, em Uruguaiana, com elementos do Exército, Guarda Nacional e corpos provisórios. Estas duas colunas se unem, ficando sob o comando do Gen. Hipólito, militar que, na Guerra do Paraguai, se dignificara pela fama de bravura e como estrategista. Os comandados do general republicano tinham o efetivo de 5.000 homens, o que, na época, era um grande efetivo. A Divisão do Gen. Hipólito era composta de infantaria, cavalaria e uma unidade de artilharia comandada pelo Capitão Fernando Setembrino de Carvalho, mais tarde Ministro da Guerra de Arthur Bernardes e conhecido historicamente como o pacificador da Revolução de 1923. Logo que passou Inhanduí, o Gen. Hipólito entra em choque com revolucionários comandados por Gumerindo Saraiva.

O confronto direto entre o Gen. Hipólito e Gumerindo Saraiva foi amplamente favorável àquele. A batalha, que durou seis horas, resultou na retirada dos federalistas, fortemente derrotados. A Batalha de Inhanduí foi a mais importante da Revolução de 1893, com todas suas repercussões, porque significou uma vitória indiscutível das forças republicanas contra a totalidade dos efetivos federalistas. Obviamente,

os revolucionários sentiram-se desanimados. Mesmo assim, exerceram um plano porque a Revolução não morreria. Gumerindo Saraiva, com uma coluna de 1.100 homens, continuava sustentando a guerra, lutando. Outros foram para o Uruguai preparar-se para nova invasão.

Os revolucionários que emigraram para as bandas do Uruguai após a Batalha de Inhanduí foram reunidos pelo Gen. Tavares, que estava acampado em Pirai, próximo à linha divisória com o Rio Grande do Sul. O general *maragato* convoca, então, a Divisão Santana, formando um corpo de mais de três mil homens. Era novembro de 1893. Com este efetivo, resolve atacar uma força republicana de 1.200 homens, que se encontrava em Rio Negro, Bagé. O ataque federalista foi exitoso. Os governistas foram dominados e o cerco em Bagé durou 45 dias. Este foi o único resultado favorável ocorrido nesta segunda invasão. Enquanto isto, vários combates se realizavam na região colonial (Estrela, Venâncio Aires, Teutônia, Lajeado, Encantado, etc.). Em 1894, os *maragatos* perderiam um grande líder.

Em Carovi, Gumerindo Saraiva fazia reconhecimento de um terreno para um esperado combate que iria travar. Uma descarga de tiros vinda de um mato próximo alcança o excepcional maragato e o fere mortalmente. O desânimo na coluna federalista foi incalculável. Os revolucionários se retiraram em fuga. Era a consequência imediata do infasto acontecimento. A grande marcha revolucionária que estava em andamento chegara ao fim. É de se ressaltar, porém, o que afirma o Pe. Balduino Rambo, S.J. (A Imigração Alemã in Enciclopédia Rio-grandense, 1º vol., pág. 112): “depois da morte de Gumerindo Saraiva, em 10 de agosto de 1894, a causa federalista

estava praticamente perdida”. Assim, os historiadores contam os fatos. As notícias, entretanto, no momento deste trágico acontecimento eram por demais contraditórias.

Luiz de Senna Guasina (Diário da Revolução Federalista, Edições EST, Porto Alegre, 1999) noticia as contradições publicadas em jornais: *A Prensa*, no dia 12 de agosto, dizia “que o General Gumerindo Saraiva tomou a cidade de Rio Pardo”; *El Diálogo*, de 15 de agosto, noticiava que Gumerindo saiu ferido no combate de Carovi; *La Nación*, em 17 de agosto, que Gumerindo morreu no dia 10 em consequência de ferimentos sofridos em combate e, em 3 de setembro, que “Gumerindo foi visto em território argentino, ferido levemente. Acha-se hospedado em casa do dr. Barros Cassal”; telegrama de *Alvear* afirma, em 2 de setembro, que “Gumerindo está vivo”.

A verdade, porém, é contada por Ângelo Dourado, que foi médico da coluna de Gumerindo Saraiva na guerra civil de 1893 (Voluntários do Martírio, págs. 273/277, Martins Livreiro, 1979) e que, inclusive, o atendeu quando ferido a 10 de agosto de 1894. Tratava-se de um pequeno orifício entre a 6ª e a 7ª costelas esquerdas, próximo do externo, por onde saía o ar na expiração. Fora alcançado o bordo do pulmão. Conta o médico: “Tomei-lhe o pulso; era miserável, quase imperceptível, portanto, pensei, a bala penetrou no pericárdio,



e talvez mesmo na parede do coração; e a assistolia em pouco o matará”. No mesmo dia, o grande *maragato* morreu. O ambiente era triste demais. Seu dileto irmão, Aparício Saraiva, chorava. O cadáver foi carregado numa carretinha. Depois de dois dias de marcha, foi sepultado no cemitério que havia à beira da estrada, em terras de Santo Antonio. Era uma noite de luar, de um inverno frio de agosto e silenciosa.

No Diário de Luiz de Senna Guasina (*Opus cit.*, pág. 81), lê-se “finalmente, que o Coronel Firmino de Paula, chefe castilhista, tem em seu poder a espada de Gumerindo Saraiva”. Troféu de guerra? Cláudio Moreira Bento (História da 3ª Região Militar, vol. II, pág.127, Projeto História do Exército do Rio Grande do Sul, 1995) conta: Gumerindo “foi sepultado em Santo Antonio. Poucos dias depois, foi desenterrado por ordem do chefe civil Cel. Firmino de Paula e colocado à margem da estrada para escárnio e execração por seus comandados. Após, sua cabeça foi cortada para ser mostrada a Júlio de Castilhos, que repudiou o gesto”. A história não indica quem foi o degolador.

A morte do líder *maragato* não esmoreceu Silveira Martins. Têmpera forte, não se deu por vencido. Estava envolvido com o movimento federalista não só politicamente; também emocionalmente. Tinha dois filhos pertencentes ao exército do Gen. Gumerindo Saraiva (Luiz de Senna Guasina, *Opus cit.*, anotação de 24.10.1894, pág. 87). Neste mesmo Diário, se lê anotação de 24.8.1894: “Sabe-se que chegou, ontem, a Montevidéu, vindo da Europa, o Almirante Saldanha da Gama. Dizem que trouxe elementos para continuar a Revolução no Rio Grande, de acordo com o sr. Silveira Martins” (pág. 82).

Movidos, talvez, pelo exemplo e pela tenacidade de Gumerindo Saraiva, os federalistas que estavam emigrados no Uruguai preparavam-se para uma terceira invasão. O Almirante Saldanha da Gama, que aderira à revolta da Armada e se encontrava emigrado, buscou reavivar a Revolução. Depois de trocar idéias com Silveira Martins, chefe civil dos rebeldes, movimentou-se bravamente, propondo-se organizar quatro corpos provisórios, com o efetivo total de 8.000 homens. Não foi feliz em seu intento, porque o máximo que conseguiu foi o total de 3.000 homens. Separou 1.000 destes combatentes e os entregou ao Gen. Piragibe. Em 9 de outubro, Piragibe acampou com seus soldados em Upamaroti, perto de Livramento. Era o preparativo final para a terceira invasão. Tentariam recuperar o que tinham perdido nas duas invasões anteriores: na batalha de Inhanduí, onde foram fragorosamente derrotados, e na segunda invasão, onde perderam o grande líder Gumerindo Saraiva.

A 27 de outubro, houve o ataque à cidade de Rosário. O resultado final não foi exitoso. A força governista local enfrentou a situação e teve condições suficientes para repelir a avançada federalista. Era mais um insucesso revolucionário. Piragibe, que já somara outras decepções menores, com a derrota diante da cidade de Rosário e visivelmente insatisfeito com a marcha dos acontecimentos, abandona o combate, mas

grande parte de suas forças permanece no local. Efetivamente, a Revolução entrava em declínio. Não mais se esperava a vitória final sobre os republicanos. Pressentia-se o triste fim do sonho federalista.

No dia 6 de novembro, uma força republicana marchava na estrada de Lavras a Bagé. Compunha-se do 2º Batalhão da Brigada Militar e de um contingente do 1º Regimento da Reserva. Quase inteiramente de infantaria, seu efetivo era de 230 homens. Encontrou-se, ao passar pelo arroio das Traíras, com uma coluna da cavalaria revolucionária composta de mais ou menos 600 homens. O encontro bélico foi inevitável. A luta travada foi de alta ferocidade. Embora a grande diferença de efetivos, os legalistas não buscaram fugir. Retiraram-se para uma estância onde teriam melhores condições de defesa. Mas pouco adiantou esta manobra. O efetivo federalista, bem mais numeroso, cada vez agia com mais violência. O terreno ia se cobrindo de cadáveres, rodeados de poças de sangue.

Quando os federalistas se afastaram, provavelmente cansados da carnificina imposta aos republicanos, constatou-se que estes últimos tiveram a baixa de 104 soldados, incluindo 48 mortos. No dia seguinte, seu chefe, o Ten.- Cel. Cipriano da Costa Ferreira, após tratar os feridos, prosseguiu a marcha para Bagé, com o desfalque de quase a metade de seu efetivo. O heroísmo se apresentava de ambos os lados. Os federalistas, que pertenciam ao corpo do Gen. Piragibe, prosseguiram a caminhada, entrando em outros combates sem maior significação (Pinheiro Machado, Camaquã, etc.).

A Revolução estava se aproximando de seu fim. Em 24 de junho de 1895, vai se ferir o último combate. O território

rio-grandense receberá, mais uma vez, o sangue de *maragatos* e *pica-paus* que lutavam por seus ideais. O combate foi violento. De um lado, o Gen. Hipólito, com o exército republicano, e, de outro lado, os federalistas comandados pelo Almirante Saldanha e seus bravos marinheiros. A batalha se deu em Campo Osório. A vitória pendeu amplamente para os republicanos do Gen. Hipólito. Neste combate, morreu Saldanha da Gama. Arthur Ferreira Filho (A Revolução Federalista, in Enciclopédia Rio-grandense, 1º vol., pág. 336, Editora Regional Ltda., Canoas, Rio Grande do Sul, 1956) anotou: “O Brasil todo lamentou esta grande perda, vendo perecer numa luta desigual, atacado por tropas de cavalaria, num remoto rincão da fronteira, aquele que fora uma glória da Marinha Nacional”.

Floriano Peixoto cumprira o mandato presidencial em 15 de novembro de 1894, sendo substituído por Prudente de Moraes. Em julho de 1895, começam as discussões para pacificar o Rio Grande do Sul. Diversos *maragatos* se encontravam emigrados em países vizinhos. A revolução estava militarmente vencida, mas os *maragatos* temiam voltar ao Estado rio-grandense porque necessitavam de garantia e segurança de um tratado de paz assinado. Houve, por isso, entre o Gen. Galvão de Queiroz, que foi nomeado comandante das forças em operação, e o Gen. Tavares, contatos que



levaram à assinatura da Paz, na cidade de Pelotas, em 23 de agosto de 1895.

A guerra civil de 1893 foi uma guerra sórdida, repelente, que nenhum escritor gostaria de relatar em todos os seus detalhes. Foi onde prevaleceram os sentimentos mais sujos, por se basearem no ódio e na vingança. Não foi um enfrentamento entre adversários em busca da vitória de seus ideais, mas um confronto entre inimigos, querendo o extermínio das idéias antagônicas. De uma população do Estado estimada em aproximadamente novecentos mil habitantes, mais de dez mil foram mortos, nem todos em consequência direta dos combates. Houve muita tortura, muitas mortes desnecessárias e até degola. Gumerindo Saraiva, como antes anotado, foi degolado. Não foi um ato isolado. Os degolamentos alcançaram grande quantidade. Durante trinta e um meses de luta, o território gaúcho se inundou de sangue e muita dor. Foi a guerra civil que produziu, certamente, mais órfãos e viúvas.

O degolamento, por ser desnecessário visto que praticado depois do adversário morto ou já indefeso, demonstra toda sujeira e desumanidade da guerra. Degolava-se não em consequência da luta que se travava. Depois da luta encerrada, o adversário não mais representando qualquer perigo, é que se praticava a ignomínia do ato. É de se perguntar: baseado em que lei de guerra cortava-se o adversário, muitas vezes já morto, separando-se a cabeça do corpo? Era o terror da época. Simplesmente para obedecer a dois sentimentos da mais baixa escala. A necessidade de estar se vingando de um fato passado e a certeza de se estar praticando um ritual de terror.

Os massacres se deram de ambos os lados. Em Hulha Negra, distante vinte quilômetros de Bagé, vários republicanos foram aprisionados pelos legalistas e, de mãos amarradas, “foram friamente degolados numa mangueira de pedra” (História Ilustrada do Rio Grande do Sul, pág. 207, RBS Publicações, 2004). Calculou-se, inicialmente, que teriam sido trezentas execuções. Após pesquisas, o historiador e magistrado Tarcísio Taborda concluiu terem sido trinta as execuções. Os historiadores escolheram como degolador Adão Latorre, na época com cinquenta e oito anos de idade, pobre e negro. Preocupa, no entanto, os dizeres do escritor Ivo Caggiani: “Como Adão Latorre era negro e pobre, acabou levando a culpa de tudo” (História Ilustrada, pág. 207).

Quatro meses após, em Palmeira das Missões, em Boi Preto, no Capão da Mortandade, há outro episódio de degolamento. Os *pica-paus* comandados por Firmino de Paula e os federalistas chefiados pelo Cel. Ubaldino Machado entram em combate. A 10 de abril de 1894, Firmino comunica por telegrama a Júlio de Castilhos ter derrotado as forças de Ubaldino, morrendo trezentos e setenta *maragatos*, sem referir maiores detalhes. O fato é contado na *História Ilustrada*, pág. 208: “O coronel Ubaldino e uns poucos conseguiram escapar, mas a maioria dos federalistas, encurralada, preferiu se entregar ante a garantia de vida. Firmino mandou amarrá-los com tiras

de couro e se pôs em marcha. No caminho, ia mandando degolar. Os cadáveres iam ficando no campo. Foram duzentos e cinquenta mortos, segundo alguns, trezentos e setenta, conforme outros”.

No final da guerra, em 1895, Firmino de Paula, contra quem pesava ter desenterrado Gumerindo Saraiva para execração dos republicanos e a degola de mais de trezentos federalistas, foi promovido a general honorário. Adão Latorre passou a ser o grande degolador da Revolução, embora as fundadas dúvidas a respeito. Era o *negro filho da puta* que matava brancos, tendo morrido em combate na Revolução de 1923. A historiografia gaúcha clama por ser revisada.

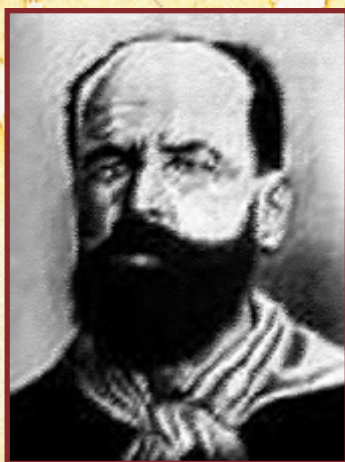
Para esta revisão é bom confrontar ordens de comando. Gaspar Silveira Martins buscava apaziguar: “Chefe de Partido aconselho, correligionário peço, rio-grandense suplico, guerra civil maior flagelo pode cair sobre um povo”. Em outros dois telegramas, há a truculência e o ódio do Presidente do Es-

tado republicano: “Não poupe adversários, castigue suas pessoas e bens, respeitando família” e “Adversários não se poupa nem se dá quartel.” (Fidélis Dalcin Barbosa, História do Rio Grande do Sul, pág. 123, Edições EST, 4ª edição, 1995). “... ultrapassados mesmo certos limites, com as devidas cautelas e discricção, sofram pela eliminação o justo castigo que merecem odientos caudilhos” (Paulo Brossard, *Opus cit.*, págs. 37/38).

Diante destas observações feitas pelos líderes dos federalistas e dos republicanos, temos como possível concluir a respeito da responsabilidade política de Gaspar Silveira Martins nas atrocidades ocorridas na Revolução de 1893. Nenhuma responsabilidade política teve o líder dos *maragatos*. Não incentivou a tortura e as degolas. Num livro em que se busca a biografia do líder federalista, é só o que a

esta altura cabe concluir.

(*) Capítulo VI do livro *Gaspar Silveira Martins*.



Johnny Alf:

há mãos que merecem ser beijadas

Carlos Alberto de Souza

NADA pode ser mais gratificante para um artista do que o aplauso da platéia. Aplausos intensos depois de cada canção e mais intensos ainda ao final da apresentação. Foi assim, aclamado pelo público que o ouviu cantar e tocar piano durante o show de lançamento da edição nº 13 do Caderno de Literatura da AJURIS, que Johnny Alf deixou o palco do Theatro São Pedro no dia 16 de dezembro de 2005.

Mas outra manifestação de carinho estava por ocorrer. Desta vez individual e silenciosa, mas com igual carga de reconhecimento à traduzida nos aplausos. Aconteceu no foyer do teatro, no andar superior, onde o artista de 76 anos foi confraternizar com os convidados da festa. Depois de vencer a escadaria que leva ao local, foi abordado pela fã Cláudia Beylouni Santos, que, num gesto de reverência, ajoelhou-se e beijou suas mãos.

Com a humildade de quem nasceu em Vila Isabel e

é considerado o precursor da Bossa Nova - para muitos, o mais importante movimento musical brasileiro -, Johnny Alf pode até ter achado o gesto desmedido, apesar da elegância e da discrição da fã, que foi percebida por poucos. Afinal, atualmente esse "monstro sagrado" da MPB é mais admirado no exterior do que em seu próprio país.

Cláudia contou ter sido criada em uma casa cuja trilha sonora, graças aos discos colecionados pelo pai, incluía as músicas "Eu e a brisa", "Rapaz de bem", "Ilusão à toa", "O que é amar" e outros sucessos de Johnny Alf.

Afável, mas econômico nas palavras, pronunciadas com delicadeza, Alfredo José da Silva, nome de batismo deste carioca, cativou Cláudia e a todos com quem conviveu em Porto Alegre. Ao chegar à capital, no caminho do aeroporto Salgado Filho ao Hotel Embaixador, fez comentários sobre a cidade, que visitava pela segunda vez.

Depois de repousar, desceu do apartamento para conversar com a imprensa, no térreo do hotel. Falou sobre seu novo disco, "Mais um Som", que já havia sido lançado no Japão e estava prestes a estrear no mercado brasileiro (ele não lançava um disco de composições inéditas havia 28

Precursor da Bossa Nova cantou no lançamento do Caderno de Literatura nº 13, no Theatro São Pedro





Público ouviu canções inesquecíveis como “Eu a brisa”, “Rapaz de bem”, “Ilusão à toa” e “Medo de amar”

anos, período em que gravou discos ao vivo lembrando sucessos da Bossa Nova, participou de um álbum interpretando Noel Rosa e produziu temas instrumentais para que Dom Pedro Casaldáliga narrasse “As Sete Palavras de Cristo na Cruz”).

Comentando sobre o CD “Mais um Som”, contou que a última das 15 canções, a bela “Céu de Estrelas”, foi composta originalmente para a inesquecível Dolores Duran, morta aos 29 anos, no final da década de 1950. No início da carreira, os dois se apresentavam juntos em um bar de Copacabana, no Rio de Janeiro.

No São Pedro, Johnny Alf dividiu o palco com Marcos Souza (contrabaixo), Ramon Montanhaur (bateria) e Alexis Bittencourt (guitarra). O grupo, à altura do perfeccionismo de Johnny Alf, encantou a platéia.

No final da noite, a então Presidente eleita da AJURIS, Denise Oliveira Cezar, entregou ao músico uma escultura alusiva aos 60 anos da entidade, de autoria da artista plástica Roseli Deon. Verdadeiro monumento da MPB, está ele, Johnny Alf, a merecer uma estátua como homenagem ao que fez pela música.



No palco, Johnny Alf (piano), Marcos Souza (contrabaixo), Ramon Montanhaur (bateria) e Alexis Bittencourt (guitarra)



O cantor e compositor e dirigentes da AJURIS no foyer do teatro depois do show



Artista é cercado por admiradores que buscam seu autógrafo

Carlos Alberto de Souza é jorna-

Tudo é língua

Túlio de Oliveira Martins

A organização do trabalho, desde a mais antiga lembrança humana, estabeleceu-se, dentre outras coisas, por uma linguagem própria para cada atividade. A comunicação sempre foi elemento essencial para o sucesso em qualquer empreendimento ou profissão.

As corporações de ofício da Idade Média, após longo ciclo evolutivo, resultaram nas atuais profissões e em seus desdobramentos, como conselhos, sindicatos, federações e associações; assim, além das exigências técnicas e de capacitação, o indivíduo para ser aceito e reconhecido necessitava também do domínio de um código essencial para a comunicação dentro do grupo, ou seja: um vocabulário técnico.

As profissões desenvolveram linguagens próprias com características inconfundíveis, que todos os seus membros terminaram naturalmente por adotar. O Português usado num texto de Medicina é facilmente identificado pela terminologia específica da área biomédica, e o mesmo ocorre com os textos de Economia, de Física ou de Direito. Esse vocabulário técnico, definido dentro do âmbito de cada ofício, é indispensável para evitar as ambigüidades - tão comuns na linguagem corrente -, além de tornar mais rápida e eficiente a comunicação entre os interlocutores especializados.

Embora nenhuma profissão prescindia da escrita, da leitura e da comunicação oral, por certo tais ferramentas são muito mais utilizadas por um professor de Filosofia do que por um arquiteto, por um publicitário do que por um químico, variando em um significativo espectro de possibilidades. Dentro deste universo, a relação entre o exercício profissional e a capacidade de bem comunicar-se é máxima no Direito; todas as qualidades e possibilidades do sistema - assim como os riscos e equívocos - são levadas ao grau máximo.

A relação do operador do Direito com a linguagem é muito mais complexa que a dos outros profissionais. Um médico recorre, no seu trabalho, às substâncias, aos instrumentos e aos aparelhos que julga mais adequados para cada caso; quando escreve, é só para relatar o que fez ou anunciar o que pretende fazer. Para o advogado (assim como para o juiz e o promotor), entretanto, tudo é linguagem: ela é o único instrumento de que dispõe para tentar convencer, refutar, atacar ou defender-se, e é nela que se concretizam as leis, as petições, as sentenças ou as mais ínfimas cláusulas de um contrato, que não passam, no fundo, de formas peculiares de textos que ele vai ter de redigir ou interpretar. O profissional do Direito precisa conhecer os principais recursos do idioma.

Isso exige que ele — bem como todos os demais operadores do Direito — seja um usuário privilegiadíssimo da língua portuguesa. Além de dominar o indispensável vocabulário especializado, precisa conhecer todos os recursos expressivos do

idioma, as sutilezas semânticas, as ramificações etimológicas que as palavras mantêm entre si e a variada gama de estruturas sintáticas que a língua desenvolveu para caracterizar ênfases, ressalvas e atenuações. Mas não basta: deve escrever de maneira organizada, clara e precisa, tanto para se fazer entender como para evitar que o interpretem mal - ou, como já dizia Quintiliano, um século antes da era cristã, “para que não haja a menor possibilidade de que seu texto seja lido da forma errônea” (*Instituições*, Livro VIII, ii, 24).

A tentativa que fazemos de sermos exatos e precisos através da utilização dos termos técnicos - que operam como virtuais atalhos para os que trabalham no mundo do Direito, evitando que precisemos a cada vez enunciar um conceito - sempre esbarrou em uma limitação surpreendente e incontestável. Tais expressões são limitadas em número e significado e têm aplicação restrita, justamente por expressarem um sentido muito rigoroso e, portanto, inviabilizando - em princípio - sua substituição por outras palavras. A escassez de recursos de vocabulário é a regra nestes casos (o que vale não só para o Direito, mas também para a Medicina, a Psicologia, as Letras, etc.), pois são sistemas fechados, feitos para resolver determinados problemas de comunicação em uma área do conhecimento humano e agregar exatidão à linguagem profissional, disciplinando, em nosso caso, o jargão forense. Ao tentar ampliar este elenco de palavras, ou seja, buscar termos técnicos para situações não contempladas na lei e na doutrina, os operadores do Direito findam por inventar ou fazer analogias, criando, então sim, uma redação confusa, de leitura cansativa e, no mais das vezes, quase incompreensível.

Desta forma ocorrem dois equívocos: o primeiro é a tentativa de ampliar os recursos da redação estritamente profissional, criando termos técnicos para argumentos e situações comuns, em que se aplica a linguagem corrente. O segundo engano é a idéia de substituir estas palavras por sinônimos, que certamente não existem no contexto científico (se existissem, teria sido usada a linguagem específica!).

Muitas das críticas feitas a este defeito de redação são bem-intencionadas, mas superficiais, limitando-se a descreverem situações caricatas em que foram utilizadas expressões incompreensíveis e palavras bizarras, sem apontarem para o fato de que a ampliação forçada da linguagem técnica é que criou o “juridiquês”. Se você escrever em bom Português ou utilizar-se das palavras e expressões técnicas atendo-se somente a elas ou, melhor ainda, fizer as duas coisas, pode ter certeza: será um bom texto, sem sombra de “juridiquês”.

Ao longo dos últimos anos têm sido tomadas muitas iniciativas importantes para mudar tal situação, com ênfase especial na decodificação, para os leigos, de determinados vocábulos que empregamos no nosso trabalho. Retorno aqui, pois, à idéia anterior, qual seja, a linguagem técnica é um atalho, reduzindo o tempo gasto e poupando esforços para que nos façamos entender. Se ao público em geral é oferecida a tradução de tais palavras, por certo a compreensão da linguagem jurídica melhorará sensivelmente.

Contudo tenho que tal não é o ponto central da má comunicação; essa resulta dos excessos, da inadequação e do enorme apego a fórmulas solenes e antiquadas, em que a liturgia das funções, a substância dos atos e a respeitabilidade que devem cercar o mundo dos processos e dos julgamentos são substituídas pelas formas empoladas, confusas e inespecíficas que estruturam trabalhos judiciais cujo conteúdo fica relegado a um segundo plano.

Apesar da preocupação natural que o operador do Direito desenvolve pela correção e pela exatidão da linguagem que usa - que o leva a freqüentar diariamente o dicionário e a consultar a gramática à menor dúvida que tenha -, apesar da necessidade profissional de ser claro e persuasivo, é exatamente ele o profissional liberal que produz os textos mais confusos, mais obscuros e pomposos. Não há nenhuma razão prática que justifique a adoção do temível “juridiquês”, incompreensível tanto para os leigos quanto para muitos especialistas. Não defendo, com isso, que abandonemos os indispensáveis vocábulos técnicos da área jurídica, o que seria um absurdo, pois o vocabulário técnico apenas enriquece um bom texto. Precisamos usar os vocábulos do Direito - assim como os médicos e os economistas usam os termos específicos da Medicina e da Economia -, mas devemos lembrar que o emprego dessa terminologia não implica alteração alguma na sintaxe e no estilo geral da boa frase portuguesa. Como disse muito bem David Mellinkoff - talvez o autor que mais lutou pela simplificação do Inglês usado no Direito americano -, a linguagem do advogado deve ser idêntica à de qualquer outra pessoa culta e articulada de nossa sociedade, “exceto naqueles raros pontos em que realmente há uma razão para ser diferente”.



Foto: Comunicação Social do TJRS

Túlio de Oliveira Martins é Juiz de Direito em Porto Alegre - RS. Autor do livro *Português para convencer*.

Do bem que nos fazem as grandes vidas

Luiz Felipe Magalhães

ENTRE as primeiras experiências do novo juiz, uma das mais vivas é a da tristeza que nos invade em face da miséria humana. No foro vêm bater os mais hediondos crimes, as mais sórdidas baixezas. E amargura-nos ver que pode o homem descer tanto.

Há crimes que enojam, revoltam e bradam aos céus. Há seres humanos tão despidos de senso moral que assombra a sua anormalidade. Há pecados tão monstruosos que nos sentimos constrangidos e amedrontados por ver que aquela dimensão está incluída em nossa condição humana.

A presença do mal, nos homens marcadamente maus, tem, porém, uma função altamente educadora: constrange-nos, revolta-nos, entristece-nos e estimula-nos a fugir das tentações.

O pior não é isso. O pior não é ver o mal como mal! O pior é ver o mal travestido de bem. O pior é ver o mal passear na nossa frente, sob a capa ilusória do prazer, do útil e do confortável. O pior é não ver o mal reconhecido em sua ruindade.

Chesterton escreveu que, quando se chega a delimitar e isolar o mal, tudo o mais volve a tomar a sua cor. Quando as coisas más voltam a ser más, as coisas boas voltam a ser boas com uma brilhante visão.

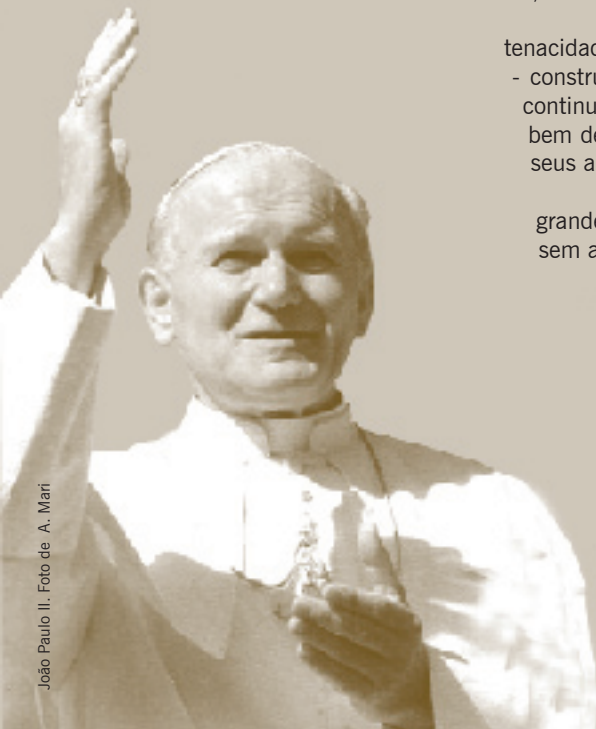
A presença, porém, dos bons, como o Papa João Paulo II, pessoa dotada de uma verdadeira grandeza humana e que há um ano nos deixou, faz-nos um bem inestimável, na medida em que restabelece em nós a esperança nas grandes possibilidades de nossa vida finita. Eles são uma inspiração de caminho e nos ajudam a marchar para frente e para o alto; fazem renascer em nós a confiança de dias melhores, alentando o nosso sonho de um futuro melhor, sem o qual a vida não vale a pena ser vivida.

Procurei trazer para aqui a presença de Karol Woytila, por se tratar de uma unanimidade quanto a sua inegável grandeza humana. Não a grandeza de um poder político ou econômico, que são grandezas extra-humanas, que são grandezas ditadas pelo aparelho social, no cimo do qual pode estar, aliás, um homem bem pequeno.

Trouxe alguém que, ao longo da vida, com paciência, tenacidade e humildade - contando sempre com a ajuda de Deus - construiu dentro de si um admirável edifício humano, dando-se continuamente, sem vaidade e despido de qualquer orgulho, ao bem de seu próximo, perdendo, incondicionalmente, até mesmo seus algozes.

E essa presença nos faz bem, eis que a presença dos grandes homens devolve-nos aquela confiança e aquela esperança sem as quais a vida não tem sentido de ser vivida.

Porto Alegre, 30 de abril de 2006.



João Paulo II. Foto de A. Mari

Luiz Felipe Magalhães é Desembargador aposentado e ex-Presidente do TJRS.

Os Juízes com poder de Rei

Antonio Augusto Fagundes

A história dos Juízes de Israel está contada no Velho Testamento e é de autor desconhecido. Acredita-se que o Livro de Juízes foi escrito por volta do 11º século antes de Cristo e surpreende muito a facilidade, ao longo dos capítulos e versículos, com que os judeus abandonavam Deus repetidamente, por qualquer motivo e até sem motivo aparente.

Os Juízes de Israel foram instituídos diretamente por Deus, ou por um anjo Seu, e por aclamação dos principais das tribos, para julgar inicialmente as causas suscitadas entre o povo judeu, mas, na realidade, muitas vezes receberam missões militares. Eram assim magistrados e pequenos reis guerreiros que tinham jurisdição apenas sobre a própria tribo e certamente houve casos em que dois ou mais Juízes reinaram ao mesmo tempo sobre as tribos de Israel.

Conta o Velho Testamento: Moisés, que tirou o povo de Israel do Egito, livrando-o da escravidão, estava proibido por Deus de ver a Terra Prometida e morre antes de chegar a Canaã. Seu sucessor é Josué, o líder por excelência, guerreiro e administrador. Sob sua liderança as bênçãos do Senhor choveram sobre Israel, que se manteve fiel ao deus de Abraão e de todos os seus maiores, enquanto Josué viveu. Mas Josué morreu e em apenas duas gerações as tribos de Israel se esqueceram de Deus e de suas determinações e se voltaram para a idolatria pagã. Então o Senhor escolheu Juízes entre as tribos, dando-lhes, porém, mais que autoridade para julgar. Foram, ao todo, doze homens e uma mulher os juízes das tribos de Israel escolhidos para devolver os judeus aos caminhos do Senhor.

Voltados para a idolatria, adorando Baal e Astarote e logo aos Baalins e postes como ídolos, os judeus perderam até a própria liberdade e foram escravizados por Cuzã-Rizatain, rei da Mesopotâmia. Depois de oito anos de servidão, Deus suscitou Otniel como Juiz, que derrotou Cuzã-Rizatain e chefiou os judeus durante quarenta anos, e após sua morte novamente as tribos se voltaram para a idolatria. Então os amalequitas conjugados com o gordo rei Eglon dos moabitas escravizaram os judeus durante dezoito anos.

O segundo Juiz foi o canhoto Eúde, que apunhalou Eglon traiçoeiramente, deixando todo o punhal de dois fios enterrado em seu ventre. Na luta que se seguiu, chefiada por Eúde, os judeus mataram dez mil moabitas e as tribos viveram em paz

por oitenta anos.

O terceiro Juiz foi Sangar, suscitado por Deus quando as tribos gemiam sob o jugo dos filisteus. A principal arma de Sangar para matar os filisteus foi uma aguilhada de tocar bois.

Voltam os judeus depois da morte de Eúde a idolatrar deuses pagãos e novamente são castigados com a escravidão sob o jugo dos cananeus. Desta vez a escolhida pelo Senhor foi Débora, a quarta Juíza, uma mulher casada, de forte liderança, hábil diplomata que fez aliança com Baraque, o quinto Juiz, e formaram um exército de dez mil homens que derrotou as tropas do comandante Sísera com os seus carros de ferro. Sísera morreu ingloriamente oculto embaixo de uma coberta com uma estaca traiçoeiramente cravada em sua cabeça por outra mulher, a judia Jael, e todo o exército cananeu foi passado a fio de espada, sendo Jael glorificada pelos vencedores.

As tribos ficaram em paz durante quarenta anos, mas novamente voltaram-se os judeus para a idolatria, desta vez sob os midianitas, do país Mídia.

Agora é Gideão, o hesitante, quem é indicado como Juiz por um anjo do Senhor. Herói a contragosto, Gideão derruba o altar de Baal e o poste-ídolo que estava junto à divindade dos midianitas. Gideão, a seguir, fez aliança com os abiezritas: juntando trezentos guerreiros, preparou-se para enfrentar os inimigos midianitas e seus aliados amalequitas. Gideão, o vencedor outrora hesitante e temeroso, agora era um comandante militar desapegado e vingativo e durante quarenta anos reinou sobre os israelitas e gerou ainda setenta filhos, porque tinha muitas mulheres. Morto Gideão, novamente voltaram as tribos para a idolatria.

O sétimo Juiz foi Tola, que exerceu o seu ofício durante vinte e três anos sem atuação guerreira, e o oitavo Juiz foi Jair, durante vinte e dois anos, também sem ações notáveis. Em uma região do território de Israel chamada Gileade vivia um homem moço, famoso pela valentia, mas que padecia de uma *capitis diminutio*: era filho de uma prostituta.

Seu nome era Jefeté. Hostilizado pelos filhos legítimos de seu pai, fugiu de casa e reuniu um bando de aventureiros.

Naquela época as tribos israelitas tinham abandonado Deus e voltaram a adorar os Baalins, Astarote e os deuses dos seus novos senhores, que agora eram os amonitas e os filisteus. Essa servidão durou dezoito anos. Então as tribos, assim castigadas,

deram-se conta do erro e se voltaram para o Senhor, arrependidas. A princípio, Deus recusou a ouvi-las, mas depois, vendo a sinceridade do arrependimento, resolveu ajudá-las. Então os anciãos ofereceram o posto de Juiz a Jefeté. Este tentou diplomaticamente a paz com os seus senhores, intentando a liberdade das tribos, sem resultado. Com o apoio divino, Jefeté começou vencendo os amonitas, os amorreus e foi Juiz durante seis anos.

Com a morte de Jefeté, o geleadita, foi Ibsã de Belém Juiz de Israel por sete anos.

O décimo primeiro Juiz foi Elon de Zebulom durante dez anos.

O décimo segundo Juiz de Israel foi Abdon, que exerceu o cargo durante oito anos, mas após a morte dele voltaram os judeus a pecar, entregando-se à idolatria, e novamente o Senhor entregou-os à escravidão sob o jugo dos filisteus durante quarenta anos. Os filisteus não eram semitas, tinham vindo do mar e dominavam o ferro. Foram eles que deram ao território de Israel o nome de Palestina.

Um homem chamado Manoá tinha uma mulher estéril, que não podia conceber, mas lhe apareceu um anjo do Senhor e lhe anunciou que daria à luz um filho que seria Nazireu, ou seja, consagrado a Deus desde o ventre materno e que não poderia ter o cabelo cortado, como prova de sua consagração. Esse será Sansão, o décimo terceiro Juiz.

Sansão era forte e já na mocidade matou um leão com as próprias mãos. Sansão casou com uma filha dos filisteus e, ludibriado por ela, matou trinta homens e colocou fogo na seara dos filisteus, atando fachos incendiados na cauda de trezentas raposas, queimando tudo, vingando-se do sogro filisteu que dera a própria filha a outro homem.

Os próprios judeus, temerosos, amarraram Sansão e o entregaram aos filisteus, mas Sansão rompeu as cordas e com uma queixada de jumento ainda fresca matou mil filisteus e durante vinte anos Sansão foi Juiz em Israel ainda sob os filisteus.

Mas Sansão, forte como era, era fraco por mulheres. Em Gaza, juntou-se a uma prostituta. Cercado pelos gazitas, fugiu à meia-noite e arrancou as portas e a tranca da cidade, levando-as para as montanhas nos ombros. Foi nessa época que se apaixonou por Dalila, filha dos filisteus, e estes trataram de descobrir com ela o segredo da grande força de Sansão. Ela tentou tudo e ele

disse-lhe mentiras, dizendo que com tendões frescos poderia ser amarrado, os quais ele rompeu facilmente. Depois, mentiu-lhe que poderia ser amarrado apenas com cordas novas e novamente, quando os filisteus apareceram, rompeu as cordas como se fossem fios. Atormentado por ela, Sansão mentiu de novo, dizendo que poderia ser amarrado com uma urdidura de tela das tranças.

Mas Dalila era insistente e muito fiel ao seu povo. Ademais, tinham-lhe prometido uma grande importância em dinheiro. Explorando habilmente o amor que Sansão declarava por ela, atormentou-o tanto com perguntas que ele terminou fraquejando, contando que a sua força residia no seu cabelo. Se esse fosse rapado, ele perderia sua força. Imediatamente Dalila contou aos filisteus e recebeu o dinheiro prometido. Quando Sansão dormiu em seus joelhos, Dalila contou aos filisteus, e um homem lhe rapou as sete tranças do cabelo.

Os filisteus chegaram, vazaram-lhe os olhos e o aprisionaram em duas colunas de bronze, obrigando-o a girar um moinho no cárcere. Mas os cabelos de Sansão começaram a crescer de novo. Em um dia de festa ao deus Dagom, os filisteus trouxeram Sansão ao palácio para se divertirem com a sua desgraça. Iludindo um guarda, o Juiz de Israel conseguiu ficar no meio das duas colunas que sustentavam toda a estrutura. Abriu os braços, implorou ao Senhor a devolução de sua força e com facilidade quebrou as colunas e tudo veio abaixo, morrendo Sansão, mas matando com a sua morte mais filisteus do que aqueles que havia matado em vida.

Aqui termina a saga dos Juizes de Israel. A idolatria voltou, mas atenuada, e os judeus ainda perderam a tribo de Benjamin. Parece que a paz do Senhor se afastou para sempre de Israel...

Antonio Augusto Fagundes é folclorista e escritor.

Porto Alegre

Alvaro Moreyra

PORTO Alegre... Foi daquele porto que parti... Minha terra... É um céu tão azul que eu nunca mais vi um céu tão azul. É um rio chamado Guaíba, que tem uma ilha chamada Pintada. É uma casa grande. Minha terra... Aquela procissão de noite. O circo de Paulo Cirino. A estação da Estrada de Ferro. O trem de São Leopoldo... As férias... O Riacho, os salgueiros... Os sinos... A banda de música da Floresta Aurora... O Asilo dos Pobres... Os dois vapores em que se ia para às Pedras Brancas: o Cupi e o Pirajá... Dona Nuquinha que cantava: "Não vá, não vá, meu benzinho, não vá senão eu choro..." Jerônimo que tinha sido escravo... O homem que limpava a chaminé... Os jardins dos Moinhos de Vento... Vocês... Minha terra cabe toda dentro de mim. Ela é do tamanho da minha infância... Porto Alegre! Ah! terra bem-amada! Que carícia te chamar: minha terra... te repetir: minha... minha... minha...

• • •

Nunca tirei do coração a cidade onde nasci, a cidade que me viu menino por tantas ruas que ainda existem, debaixo do céu mais bonito do mundo, ruas remotas como aquelas avós que estão dormindo lá em cima, entre os muros brancos da ladeira da

Azenha. Na manhã de primavera, que em Porto Alegre é mesmo primavera (eu tinha os olhos cheios de rosas) – parei diante do rio, largo, longo, a se perder de vista. Estendi-lhe as minhas mãos: - Bom dia, Guaíba! Como você é bonito! – E bem da terra, bem da gente, senti que ele me respondeu: - Não... não sou eu... são essas ilhas... – Você é a água que passa e leva a luz do sol, a luz da lua e das estrelas, os clarins da madrugada, os ecos da Ave-Maria, todas as serenatas. Rumores, claridades, ressonâncias, reflexos, em você, se transformam no silêncio puro, na sombra profunda. Que importam as margens! O rio segue para a frente! O rio é um caminho sem fim...

Alvaro Moreyra (1888 – 1964) é um dos maiores cronistas brasileiros de todos os tempos, além de notável incentivador cultural e renovador da arte cênica. Publicou vários livros. Membro da Academia Brasileira de Letras. Foi casado com Eugenia Alvaro Moreyra, considerada a primeira repórter brasileira, além de militante política no Partido Comunista. Os textos reproduzidos foram extraídos do livro de memórias *As Amargas, Não...*, Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1989. Porto-alegrense de nascimento, viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro. Ver mais sobre o escritor no Caderno de Literatura nº 8.

Críticos
Passadistas
Tende piedade amém
Destes
Oswaldandradeanos
Futurismismos
Poupai-os do manejável porrete
Critical
Lembraí-vos sempre ao lê-los
Deste pedido introdutorial amém de novo
E de que a liberdade de fazer versos
Nestes Brasis
Não foi regulada pela lei Adolpho Gordo

Tyrteu Rocha Vianna

Purgante

As sariemas cantavam escondidas nas coxilhas
Havia ipês floridos corderrosando
A mataria verdenegra
Do capão do fundo
O céu estava sem um borrão de nuvem
O turco mascate chegou de fordsinho
Puñuelos de seda berfun de olor
Vinha de cara inchada
Queixos com dor de dente da umidade
Pedindo um remédio
Eu fui mandando que ele tomasse um chá
De semente de umbu
E de noite o ringido da porta do quarto dele
Não me deixou dormir
Na manhã seguinte
Os lugares escondidos no quintal
Tinham um cheiro insuportável
Porque o seu Nagib nos apuros não seguira
As recomendações da comissão Rockefeller
Sobre a fossa fixa

Tyrteu Rocha Vianna nasceu em São Francisco de Assis em 1898 e morreu em Alegrete em 1963. Formou-se em Direito em Porto Alegre em 1922. Percorreu a Europa. Radicou-se em Alegrete. Viveu das rendas de seus campos. Conforme Itálico Marcon, é o mais original poeta do Modernismo Sul-Rio-Grandense, com sua poética da radicalidade. Publicou a obra "Saco de Viagem", em 1928, pela Livraria do Globo. Ambos os poemas foram extraídos da 2ª edição, 1993 (Instituto Estadual do Livro (RS) e EDIPU-CRS), magnificamente organizada, com estudo crítico e notas, por Itálico Marcon.

O apito do trem

Mário Carlos de Bem Osório

A coisa mais linda que Deus pôs na terra,
- mais linda que o canto das aves campeiras no verde do mundo,
- mais linda que o pingo do orvalho caindo dos pastos que choram,
- mais linda que a voz das ave-marias nos sinos festivos que lembram Belém,
A coisa mais linda que Deus pôs na terra:
- o apito do trem!

Eu era criança e queria o apito do trem que corria.
Buscava no chão pedaços de som que o trem apitando deixava cair.
Achava carvões e brasas morrendo, e a cinza ainda quente.
E os trilhos tremendo zombavam de alguém que nunca acharia pedaços de som
- do apito do trem.

Eu ouço na curva da estrada do ontem
O silvo pungente do trem que passou.
E nem a fumaça se deita nas várzeas formando rebanhos.
Ficou a saudade contando dormentes, bueiros e pontes que escondem segredos.
E a criança que fui procura também a coisa mais linda que Deus pôs na terra:
- o apito do trem!

Estamos chegando no horário do fim.
Não tenho mais trilhos nos campos abertos,
Nem postes correndo na minha janela.
A vida é um vagão e eu sou passageiro.
E desce comigo, na minha bagagem,
ou nesta parada ou na outra que vem
A coisa mais triste que Deus pôs na terra:
- a agonia de som do apito do trem.

Mário Carlos de Bem Osório, falecido em 1982, nasceu no ano de 1916, em Bagé - RS. Formado em Direito pela UFRGS em 1939, foi advogado militante, Vereador em São Borja e Deputado Estadual, aposentando-se como Procurador do INSS. É também autor de outras poesias que permanecem inéditas. O presente texto foi fornecido pelo sobrinho do autor, o Juiz de Direito em Porto Alegre Ícaro Carvalho de Bem Osório.



Uma flor no amanhecer

Carlos Saldanha Legendre

O amor chegou no trem noturno,
tão remoto que o coração
já se havia esvaído em vão,
no penar em túneis soturnos.

O amor tornou, com fulgor diurno,
a sussurrar uma canção
quase esquecida nos desvãos
do peito, outora taciturno.

Deixem-me garé com a flor
do amanhecer colada aos lábios,
sem pressa nem rumor no andar.

Se aproximou sem mágoa ou dor,
vencendo trilhos de resacas,
o amor voltou para ficar.

Rinoceronte

Legionário africano de Botero,
belo, último elo de ancestral guerreiro,
avanças, disparado, nas calçadas,
como um carro-animal, de fúria e guerra.

Libre, levas o caso por entre as terras
em busca de savana luminosa.
A liberdade fez-te vulnerável:
já os guardas te perseguem quase alados
no vôo de suas armas destruidoras.
- Mas de que vale ser um ser blindado,
mimando a lança em ira desde a frente,
se há muito, nas entranhas, eras morto?
Tiros e tiros, tombas sobre as pedras,
olfatando o horizonte além das matas.

Canto V

Cyro Púperi

Já passei por Done e seus versos amorosos
 Senti na carne o sentimento de culpa
 Que como faca penetra fundo no corpo.
 Andei lado a lado com Ferlinghetti
 Falando de parques de diversão, jogos de golfe e
 Poderes do alto escalão
 Não vou dizer que sonhei
 Mas lembro das noites onde Maiakovski
 Recitava apaixonado ao som de uma flauta vertebral
 Irritando-se tanto quando eu olhava fixo para seus olhos
 Como se estivesse dizendo o tempo todo
 Inacessível... Inacessível...
 Já passou o tempo, guardo com carinho,
 E lá vem Pessoa, passinho miúdo
 O fino bigode gesticulativo da tabacaria
 E ele passou por mim cumprimentando-me festivo
 Enquanto Ricardo, Álvaro, Alberto, Bernardo e outros
 Que o cercavam o tempo todo
 Perguntavam-lhe curiosos quem eu era
 E eu acenava com tédio por ter de desviar a atenção
 Dos últimos versos ao leitor que Charles me declamava
 Ansioso por alguma opinião.
 Num bar muito próximo, do outro lado da rua
 Fazendo a maior algazarra
 Artaud gritava cenicamente para Appolinaire palavras de julgamento
 E Appolinaire vociferava jogando gravatas em Artaud
 Que fazes, julgas-me Deus?
 Não, ninguém se importava
 Tudo aquilo era normal
 E a todo tempo acontecia
 Como também era comum
 Ver Whitman para cima e para baixo
 Com suas folhas soltas, andando na relva
 Sempre tinha uma relva qualquer para Whitman
 Eu só estranhei quando vi
 Valéry tirar do bolso ao invés de um de seus cadernos
 Ou até mesmo, quem sabe, o esboço de uma serpente
 A própria e viva, que fiquei sabendo ser-lhe de estimação
 E William, assustado, já preparando, doutoral, um antídoto todo especial
 Deixou cair no chão Adão e Eva e a cidade
 O par perfeito para a serpente se não fosse a época.
 Já a cidade, esta mesma, com vitrines e reflexos,
 Com ruas escuras e grandes avenidas iluminadas,
 Com cachorros amarrados em postes
 E bares e cafés e tudo mais,
 Com a infundável gama de poetas
 Todos os que nela eu quis colocar
 Cummings, NO TANK'S, Auden, Horácio,
 Até comédias e comediantes não tão divinos, Shakespeare, Dante,
 E muitos outros, porque a cidade é minha
 E quem eu não quero não entra
 Fica somente no vidro, junto com os esquecidos
 Apenas observando.

Prosa empilhada

José Nedel

A consciência rebate-me abalada,
O caos temendo que se estabeleça,
Sem admitir poesia que o mereça,
Com sua clássica forma abandonada.

Mais do que uma Herodíades frustrada
A Herodes já pediu minha cabeça,
Por afirmar: poesia alguma é essa
Moderna prosa não-metrificada.

Prosa empilhada em si não faz poesia,
Mesmo se ao natural da manga sai.
Postula fundo e forma em harmonia.

À sensatez dos clássicos, voltai.
É lapidando o verbo que se cria
A arte que fica. O ruim sozinho cai.

"La belleza descansa sin embargo en la forma"
Martin Heidegger

José Nedel é professor universitário, escritor, Juiz de Direito aposentado - RS.

Adeus, Grécia

Emanuel Medeiros Vieira

para Marta Vieira Coelho Pereira

Não bastaram a fibra e o amor,
cai, Grécia,
universo solar,
adequação entre ser e destino,
envelhecemos,
com a morte na soleira da porta,
perdida alegria,
cinzas do purgatório
(que não existia)
apenas fragmentos de sonhos,
narrativas epigonais,
adeus, Grécia,
adeus,
universo de despedidas.
Ulisses: somos apenas seres virtuais
e Homero envolto em brumas.
Homens sem fibra com engenhocas eletrônicas,
caindo como folhas ao vento,
pensando que éramos onipotentes,
continuamos caindo - celebridades vãs,
deuses de barro.
Infinitamente mortais,
teclamos, não vivemos.
Resta-nos a imagem,
nunca mais a sensação.
O Espírito sopra onde quer?
Adeus, Grécia,
adeus, pátria dos homens,
adeus, pássaro da juventude,
afundados e pequenos,
ficou o lamento - não a História,
apenas sua lembrança dóida.

De que barro fomos feitos?
Não, não só de vileza,
mas de busca,
mesmo acampados em sucursais do inferno,
caminhando em sombras:
o sonho da eternidade pela arte.
E para todos nós, fúteis, deslumbrados ou sábios
(imbecilizados por imagens que se repetem –
como tubarões, não dormem nunca),
haverá sim – como haverá!,
o momento da Revelação,
e, como sempre, será tarde,
muito tarde.

Adeus, Grécia,
adeus.
Desfeitos, como pó,
varridas cinzas,
irrelevantes,
mas, quem sabe, nobres nessa finitude.
Diante do Cosmos, o que somos?
Sonâmbulos, clones de nossos sonhos,
sempre mortais
(e as bactérias duram eternamente).

E somos abençoados: mais um dia concedido,
chuvoso, burocrático,
mas sempre um novo dia.

Não, não naveguei nos melhores mares.
Nunca navegarei?
(Não importa)
Fui gestado neste barro,
cumpri meu destino.
Estóico, caminho.
O que me espera?
Aspirando (sempre) ao que nunca alcançarei.
(Mas humano, infinitamente humano.)

Brasília, abril de 2006

Emanuel Medeiros Vieira é escritor. Publicada a antologia *Roda de Fogo*, em 1970, pela Editora Movimento, em Porto Alegre, coube ao catarinense Emanuel Medeiros Vieira, nela estreante, uma comparação, por Fausto Cunha, a Graciliano Ramos. Com reconhecimento também entusiasmado de Carlos Drummond de Andrade a seu primeiro livro de contos, em carta de 1973 divulgada em 2001, é autor de quatro novelas, oito livros de contos, dois de poesia. Vencedor de vários concursos recentes de poesia no País, funcionário do Senado, vive em Brasília e já publicou numa antologia canadense de escritores brasileiros.

Em suma. Só

Adair Philippsen

Nasci,
cresci,
sobrevivi.

Foi só.
Fui só.

Depois
morfético,
caquético,
esquelético,

E fui...

Veio
a tampa,
a tumba,
a campa.

Virei pó.

Na lápide,
a inverdade
dá dó:
saudade.

De quê?

Se estou
ou sou
o que sempre fui:
só.

Adair Philippsen é Juiz de Direito em Catuípe - RS.



BANRISUL E PODER JUDICIÁRIO: UMA HISTÓRIA DE SUCESSO.

Solidez, segurança e modernidade marcam o relacionamento do Banrisul com o Poder Judiciário. O desenvolvimento de soluções de negócios que atendem às necessidades específicas do Poder Judiciário, o atendimento personalizado a magistrados e servidores e as constantes melhorias são apenas algumas das iniciativas que fazem parte do dia-a-dia do Banrisul.

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br



Foto: F. Zago - Studio Z

Pedro Weingärtner

Título da Obra: *Tempora Mutantur*

Técnica: óleo sobre tela

Dimensões: 1,45m x 1,10m

Ano: 1898

Acervo do MARGS

Reprodução da imagem gentilmente autorizada pelo MARGS

PEDRO WEINGÄRTNER

(Porto Alegre - RS, 1853-1929)

Expoente da pintura sul-rio-grandense, em 1879 foi para a Alemanha, onde freqüentou a Real Academia de Belas Artes de Berlim por quatro anos. Após, mudou-se para Paris, onde continuou seus estudos. Voltou periodicamente ao Brasil, quando pintava cenas da vida dos colonos rio-grandenses e paisagens da zona da Serra. Sua pintura está presente no Museu Nacional de Belas Artes, na Pinacoteca do Estado de São Paulo, no MASP e no Museu de Arte do Rio Grande do Sul.